



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ATA Nº 14 DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CNODS

Ata da 7ª reunião ordinária da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável realizada no dia 26 de junho de 2025, no Auditório do Ministério da Agricultura e Pecuária em Brasília.

1 Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, a partir das nove horas, reuniu-se a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com a presença dos
2 seguintes membros: Lavito Bacarissa, Secretário-Executivo da Comissão Nacional dos ODS,
3 Patricia Maria Santos de Carvalho (SG/PR), André Grossi Porto (SG/PR), Marina Muniz (SG/PR),
4 Mariana Siqueira (SG/PR), Andrea Matos, ONDAS; Ana Carboni, União de Ciclistas do Brasil; José
5 Alberto Saraiva Ferreira, Faculdade Zumbi dos Palmares; Aldenora Gomes Gonzalez, Instituto
6 EcoVida; Yara Martinelli, Associação Brasileira de Municípios (ABM); Marcelo Acácio da Silva,
7 União Nacional dos Estudantes; Luciano Garcia Lourenção, Ministério da Previdência; Priscila
8 Oliveira da Silva, CNC; Carina Giunco Tomazoni, Instituto Selo Social; Lennon Ferreira
9 Corezomae, Ministério dos Povos Indígenas; Gilmar Dominici, ABM; Renata Carvalho, Ministério
10 da Integração; Ruth Helena Pereira da Costa, União de Ciclistas do Brasil; Priscila Maria
11 Wanderley Pereira, Confederação Nacional da Indústria; Rafaela Junqueira de Oliveira,
12 Ministério das Relações Exteriores (MRE); Rafaela Gomes de Souza, Ministério de Portos e
13 Aeroportos; Maria América Menezes Bonfim, Secretaria de Comunicação da Presidência da
14 República (SECOM/PR); Mayra Goulart da Silva, Observatório do Conhecimento; Guilherme
15 Alvarenga Cardozo, Associação Brasileira de Energia Solar (Absolar); Giselle Dupin, Ministério da
16 Cultura; Frederico Batista, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
17 (MDIC); Frederico A B Silva, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Izane Mare Ribeiro
18 Mathos, INPETI; Maíra Luísa Milani de Lima, Controladoria-Geral da União (CGU); Elias Begnini,
19 Ministério do Meio Ambiente (MMA); Helder Rogério Sant'Ana, Ipea; Ian Marins Seixas,
20 Ministério das Cidades; Raimunda Caldas Barbosa, União de Mulheres do Brasil (UMBRASIL);
21 Sandra Regina de Sena Santana, Movimento Nacional ODS (MNODS); Jacinta de Fátima Sena,
22 Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn); Emanuel Loureto, Ministério da Igualdade Racial
23 (MIR); Kleber Souza dos Santos, Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA); Maria Francisca
24 Santos, Controladoria-Geral da União (CGU); Gilberto Alvarez Giusepponi, Fundação PoliSaber;
25 Patrícia Ravallet Tavares, Ministério do Desenvolvimento Agrário; Priscila Gonçalves de Oliveira,
26 Advocacia-Geral da União (AGU); Maria Cristina Sampaio Lima, Instituto AMSUR; Denise Maria
27 Penna Kronemberger, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Robely Borges de
28 Barros, Moradia e Cidadania; Nina Orlow, Movimento Nacional ODS (MNODS); Laudijane
29 Domingos, União Brasileira de Mulheres (UBM); Miriam Salete Licnerski Elgert, Moradia e
30 Cidadania; Luana Pare de Oliveira, Ministério do Desenvolvimento Agrário; José de Arimateia
31 Rodrigues França, Rede ODS Brasil. O evento iniciou com a composição da mesa, incluindo
32



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

33 autoridades como Denise Kronemberger do IBGE, Helder Ferreira do IPEA, o prefeito Ildo
34 Gusmão de Francisco Morato, Marina Cavalcanti da CNODS e Inamara Melo do Ministério do
35 Meio Ambiente. De forma apologética, foram retomadas falas previstas para o dia anterior,
36 dando início à apresentação de Denise Kronemberger (IBGE), que abordou a estrutura e
37 evolução da plataforma ODS Brasil, enfatizando sua origem, os grupos de trabalho temáticos e
38 o esforço de colaboração interinstitucional para construção dos indicadores, com 135,
39 atualmente, produzidos nacionalmente, cerca de 42% pelo IBGE, e os demais por órgãos
40 diversos. A apresentação trouxe ainda o potencial de aprimoramento da plataforma, desafios
41 na produção de novos indicadores e necessidade de articulação com ministérios para suprir
42 lacunas existentes, considerando a produção do relatório nacional voluntário de 2026. Em
43 seguida, Hélder Santana (IPEA) apresentou os esforços de nacionalização das metas dos ODS
44 com base na proposta de 2018, destacando objetivos específicos, critérios adotados e
45 cronograma das oficinas governamentais previstas até julho. Reforçou a participação de órgãos
46 vinculados e ministérios, além da futura consulta pública à sociedade civil via a Plataforma Brasil
47 Participativo. Marina Cavalcanti apresentou a iniciativa “Meu Município pelos ODS”, detalhando
48 o Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável lançado em fevereiro, os compromissos exigidos das
49 prefeituras e a articulação institucional com Caixa, BNDES, FNP, ABM e outras entidades. Foram
50 disponibilizados modelos de leis, decretos e regimentos internos para criação das comissões
51 municipais, bem como uma plataforma de acompanhamento por BI. O prefeito Ildo Gusmão
52 compartilhou a trajetória da cidade de Francisco Morato, que instituiu a Agenda 2030 como
53 diretriz oficial de política pública, criou 22 conselhos municipais e implementou iniciativas
54 exemplares como o PPA Kids, a gestão de resíduos e a formação continuada com servidores
55 públicos, incluindo o inventário de emissões de gases do efeito estufa elaborado com apoio da
56 Embrapa e outras parcerias. Em seguida, Inamara Melo (MMA) abordou o estado da arte do
57 Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, destacando sua concepção multissetorial, os
58 nove objetivos estratégicos e 16 planos setoriais com metas integradas aos ODS. Apresentou o
59 programa “Adapta Cidades”, voltado ao fortalecimento da resiliência climática em 600
60 municípios, e a articulação para a COP30, reiterando a importância da participação social e do
61 federalismo climático. Após as exposições, abriu-se espaço para contribuições de
62 representantes da sociedade civil e do governo, com destaque para sugestões de integração
63 temática dos ODS às conferências setoriais, reforço da transversalidade do ODS 13 (mudança do
64 clima), inclusão das metas nos documentos finais das conferências e nos relatórios oficiais,
65 ampliação da participação da CNODS nos eventos e articulação com os conselhos nacionais.
66 Foram feitos elogios à condução da CNODS, ao trabalho da plataforma ODS Brasil e às iniciativas
67 do IBGE, IPEA, FNP, ABM, CGU, MAPA, MDR e MMA, com recomendações para que os
68 indicadores ainda não disponíveis recebam apoio técnico dos ministérios responsáveis, que a
69 construção das metas nacionais conte com insumos da sociedade civil (como o Relatório Luz), e
70 que as ações federativas possam se alinhar com os compromissos assumidos
71 internacionalmente. Finalizando o bloco, foi reforçada a relevância da territorialização dos ODS
72 nos municípios, da mobilização para participação na COP30 e da construção de um sistema
73 nacional para a Agenda 2030, fortalecendo a presença da comissão nos espaços decisórios e



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

fomentando sua institucionalização como política de Estado. A reunião abordou o bloco internacional da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), com a composição do dispositivo liderado por Thiago Guarigalvão (CNODS), Rafaela Junqueira (CGDES), Thiago Ribeiro (DPF), e Raimunda Caldas (UMBRASIL). O dispositivo teve como objetivo repassar informes das ações internacionais do Brasil relacionadas à Agenda 2030, com destaque para os eventos multilaterais, incluindo o High-Level Political Forum (HLPF), o Fórum de Financiamento em Sevilha e os preparativos para a COP30. Rafaela Junqueira apresentou os detalhes da participação brasileira no HLPF, que ocorrerá de 14 a 23 de julho, em Nova York, como principal espaço de acompanhamento da implementação da Agenda 2030. Ela detalhou os ODS em revisão neste ciclo — ODS 3, 5, 8, 14 e 17 —, e informou que o Brasil teve aprovado um evento paralelo sobre localização e participação social, liderado pela Secretaria-Geral da Presidência. O evento ocorrerá no último dia do fórum, na semana de alto nível, e contará com representantes brasileiros, incluindo autoridades e gestores locais. Rafaela ressaltou a importância da coordenação nacional da delegação e da reunião preparatória que acontecerá antes do evento em Nova York. Destacou também a recente criação, por parte da sociedade brasileira, de um grupo específico de partes interessadas afrodescendentes dentro da estrutura dos mecanismos da ONU. Em seguida, Thiago Ribeiro trouxe um informe sobre a Conferência de Financiamento para o Desenvolvimento, que ocorrerá em Sevilha. Ele contextualizou os desafios geopolíticos atuais, como os gastos militares crescentes e a retração dos recursos destinados ao desenvolvimento. Informou que o documento final da conferência — Compromisso de Sevilha — foi concluído em 17 de junho, mantendo avanços importantes, como a reafirmação das responsabilidades comuns porém diferenciadas, a manutenção da ajuda oficial ao desenvolvimento, e a defesa do combate ao racismo. O Brasil participará de mais de 20 eventos paralelos, com forte presença da sociedade civil, e lançará iniciativas sobre tributação de super-ricos e aliança contra a fome e pobreza, com apoio ministerial. A fala de Raimunda Caldas abordou a reunião realizada entre o assessor internacional da Secretaria-Geral e representantes da sociedade civil sobre os preparativos para a COP30. Ela detalhou os três eixos centrais da negociação: transição justa, mitigação/adaptação e o papel dos combustíveis fósseis. Raimunda enfatizou a necessidade de inserção efetiva da CNODS nos espaços oficiais da COP, como a Zona Azul (ONU), Zona Verde (participação ampliada) e a Cúpula dos Povos. Alertou para as dificuldades logísticas e de acolhimento, especialmente por conta dos altos preços, e solicitou maior articulação entre governo e sociedade civil na formulação de uma carta da comissão para o GTT da COP30. Destacou também a importância de garantir representação equitativa da CNODS — sociedade civil e governo — e de fortalecer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na agenda da COP. Thiago Galvão complementou os informes com atualizações sobre a construção do Relatório Nacional Voluntário (RNV) de 2026. Informou que o governo brasileiro renovou o compromisso político com o documento, que será um marcador do estágio de implementação dos ODS. Detalhou a formação de um núcleo técnico ampliado com Ipea, IBGE, Fiocruz, Itaipu, Ministério do Planejamento e MRE, responsável por assessorar o processo. As escutas com sociedade civil e setor privado estão previstas para agosto, após definição da estrutura do relatório. Informou que os formulários da consulta



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

pública já estão em elaboração, com a intenção de utilizar a plataforma Brasil Participativo como instrumento principal. O RNV deverá estar finalizado até maio de 2026 e será apresentado na ONU. Em seguida, representantes da Sociedade Civil manifestaram apoio e também preocupações. Destacaram a importância de incluir membros da CNODS no GTT da COP30 e em espaços deliberativos sobre financiamento e representação. Sugestões foram feitas quanto à territorialização dos ODS, à visibilidade da pauta da água (ODS 6) na COP e à articulação com conferências nacionais e conselhos setoriais. A fala de Andréia Matos alertou para a centralidade da água na pauta climática e solicitou atenção do Ministério do Meio Ambiente quanto à sua transversalidade. Representantes do MDR informaram que a água será tratada como tema estratégico na agenda da COP30 e sugeriram a realização conjunta de um evento específico sobre recursos hídricos durante a pré-COP, em Brasília. Por fim, foram feitos esclarecimentos sobre a revisão dos ODS no HLPF, os temas dos anos seguintes, e os indicadores de implementação global. A declaração política do HLPF está em negociação e incluirá temas como desigualdade e, possivelmente, combate ao racismo. Ao fim das falas, reforçou-se a articulação da Secretaria-Geral e da CNODS na internacionalização da pauta dos ODS e a transparência das ações via o site institucional. Ao final do primeiro bloco Thiago assumiu os encaminhamentos, afirmando que a CNODS enviará solicitação formal ao GTT da COP30 pedindo inclusão da comissão nos espaços deliberativos. Reforçou a importância da territorialização dos ODS e da construção de uma carta da CNODS para a COP30, com propostas que reflitam a agenda e os compromissos assumidos. Comprometeu-se em apresentar essas ações à Casa Civil e à coordenação da COP. O último bloco da 7ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) teve como foco o acompanhamento das câmaras temáticas e apresentação de pautas complementares estratégicas. A coordenação iniciou com informalidade e leveza, valorizando a presença dos membros e convocando os representantes das câmaras para compor o dispositivo: Luciano Pereira da Silva pelo ODS 18; Patrícia Carvalho pela CNODS; Laudijane Domingos pela União Brasileira de Mulheres (UBM); Miriam Licnerski pela Moradia e Cidadania; André Porto representando a CNODS; e posteriormente Yara Martinelli (ABM) e Letícia Pereira, do Observatório do ODS 18 (via videoconferência). Luciano Pereira da Silva, representando o Ministério da Igualdade Racial, abriu o bloco relatando os avanços da Câmara Temática do ODS 18. Destacou que este ODS foi instituído em setembro de 2023 pelo presidente Lula em Nova York e instalado na CNODS ao final de 2023. As reuniões da câmara ocorrem quinzenalmente de forma remota, com ampla participação técnica de Fiocruz, IBGE e Ipea. Mencionou a criação do Observatório do ODS 18 em parceria com a Universidade Federal do Sul da Bahia, coordenado pela professora Maria do Carmo e operacionalizado pela pesquisadora Letícia Pereira. Informou também sobre o desenvolvimento da plataforma ODS Racial, em parceria com a Universidade Federal da Paraíba, que terá dados territoriais, sociais e raciais acessíveis ao público, com versão preliminar já entregue. Enfatizou o memorando de entendimento assinado com a CEPAL para alinhamento de indicadores raciais na América Latina e mencionou a cátedra da ENAP, voltada ao ODS 18, conduzida por pesquisador da Universidade Federal de Goiás. Na sequência, Letícia Pereira apresentou virtualmente o trabalho do Observatório do ODS 18, distribuído em cinco eixos de



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ação: (1) Criação e gestão institucional; (2) Produção e análise de dados; (3) Formação e mobilização; (4) Internacionalização; e (5) Comunicação. Afirmou que o observatório atua junto ao Ministério da Igualdade Racial e que já há parceria estabelecida com diversos institutos, universidades e órgãos públicos. Foi criado um site com conteúdos, cartilhas, diagnósticos e indicadores, além de presença nas redes sociais (Instagram, LinkedIn e YouTube). Destacou as formações realizadas no sul da Bahia com gestores públicos e a territorialização do ODS 18 com foco em prefeituras da região. Ressaltou também a produção de memória sobre o processo de construção das metas, o desenvolvimento de diagnósticos locais e a articulação internacional com participação da professora Maria do Carmo no Fórum Permanente de Afrodescendentes da ONU e eventos em Londres e Nova York. Patrícia Carvalho abordou os avanços da Câmara Temática de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, destacando a consolidação de parcerias com o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, o apoio às oficinas de elaboração do plano do conselho e a continuidade de articulações iniciadas durante o Encontro Internacional de Territórios e Saberes realizado em Paraty. Destacou a proposta de instituir o ano de 2027 como o “Ano dos Povos e Comunidades Tradicionais”, em comemoração aos 20 anos do decreto que instituiu a política nacional de desenvolvimento para esses povos. Informou ainda a articulação de comissões locais e municipais voltadas a povos e comunidades tradicionais, citando como exemplo o município de Ubatuba, que criou comissão com base legal e previsão de fundo próprio. Foi mencionada também a construção de uma agenda conjunta entre os membros da câmara, voltada ao apoio mútuo em eventos e conferências, com desenvolvimento de instrumento dinâmico de monitoramento das ações. Em seguida, Laudijane Domingos apresentou a proposta do Festival Cultural Yamã, que ocorrerá em outubro em Igarassu, Pernambuco. O festival foi descrito como uma celebração à ancestralidade afro-indígena e ao protagonismo feminino, com programação que envolverá música, gastronomia, cinema, moda e espiritualidade. A proposta envolve formação de mulheres para gestão de riscos climáticos nos territórios vulneráveis e criação de núcleos comunitários de prevenção em bairros sujeitos a inundações e deslizamentos. A pauta é convergente com os ODS, especialmente os relativos à justiça climática, igualdade de gênero, proteção territorial e inclusão cultural. Laudijane solicitou apoio da CNODS, de ministérios e da sociedade civil organizada para fortalecer institucionalmente o festival e ampliar seu impacto. Reivindicou também que o festival se conecte com a agenda da COP30 e seja tratado como ação estruturante de protagonismo de base. Logo após, Miriam Licnerski e André Porto apresentaram os avanços da Câmara Temática de Estratégia e Inclusão. Relataram a fusão das câmaras anteriores de estratégia e inclusão em uma estrutura única, mais eficiente e integrada. Informaram a construção de um plano de trabalho conjunto, com foco na territorialização das metas e no monitoramento dos ODS com ferramentas tecnológicas. André demonstrou o desenvolvimento de dois painéis interativos (BI): o primeiro correlacionando as metas do PPA federal aos ODS, com filtros por evolução positiva, indicadores e programas públicos; e o segundo integrando os dados da plataforma do IBGE, possibilitando visualização por ano, meta, indicador e lacunas existentes. Miriam destacou que a proposta é incorporar também os dados das conferências e experiências de governos locais, além de alinhar metodologias com o pacto “Meu Município



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

pelos ODS”. Reforçou que a Câmara Temática tem colaborado na atualização da página da CNODS, que está cada vez mais acessível, transparente e funcional. Na sequência, Yara Martinelli fez os informes sobre a Câmara Temática de Territorialização e Mobilização, destacando que a fusão das câmaras permitiu a integração entre planejamento territorial e comunicação estratégica com os municípios. Apresentou os modelos de criação de conselhos ou comissões municipais de ODS, desenvolvidos com a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP) e Associação Brasileira de Municípios (ABM), além de cartilhas para prefeitos sobre os benefícios da institucionalização da agenda. Mencionou o Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas, realizado em fevereiro, como marco de mobilização da campanha “Meu Município pelos ODS”. Destacou que a nova CT terá papel estruturante na construção do Relatório Nacional Voluntário de 2026, garantindo insumos locais e territorializados para os indicadores. Yara finalizou reafirmando que territorializar os ODS exige escuta, linguagem acessível e diálogo contínuo com os sentidos de desenvolvimento presentes nos territórios. Durante o bloco, a conselheira Maria Francisca destacou que a Controladoria-Geral da União (CGU) tem inserido a plataforma “Meu Município pelos ODS” em suas ações nos estados e sugeriu que os agentes territoriais dos ministérios sejam envolvidos na divulgação da agenda. Mencionou também os Fóruns Estaduais organizados pela Secretaria-Geral como espaço potente para diálogo e mobilização. Andrea Matos acrescentou o papel da Frente Brasil Popular e a mobilização para o Plebiscito Popular em favor da justiça fiscal. Ressaltou que o debate sobre igualdade racial, justiça tributária e fortalecimento dos serviços públicos deve estar presente nos diálogos da CNODS, especialmente com relação à COP30. Recomendou que a CT de Inclusão dialogue com o MIR sobre os impactos da terceirização na inclusão de pessoas negras e periféricas. A mesa coordenadora da reunião agradeceu pela profundidade dos informes apresentados e anunciou a abertura dos próximos blocos relacionados à conferência nacional, consultas públicas e agenda internacional da CNODS. A plenária reconheceu os avanços das câmaras temáticas e o comprometimento técnico dos representantes presentes, fortalecendo o caráter estratégico da Comissão como espaço de articulação intersetorial e territorial da Agenda 2030. Seguidamente ao intervalo houve a primeira intervenção realizada por Priscila, representante da Advocacia-Geral da União (AGU), que compartilhou uma experiência institucional promovida durante a campanha do meio ambiente. A AGU realizou o evento "Elas pelo Planeta", que trouxe depoimentos marcantes de mulheres engajadas na pauta ambiental e climática, expondo suas trajetórias pessoais e profissionais em defesa do meio ambiente. Em complemento à campanha, foi organizada uma ação conjunta com o INSS para atendimento previdenciário a terceirizados dos prédios da AGU em Brasília e cooperativas de catadores de resíduos, que possuem termo de parceria com o órgão. Foram atendidas 74 pessoas durante o evento, com prestação de serviços, transporte e alimentação fornecidos, além de reconhecimento à atuação dos servidores envolvidos. A iniciativa conectou diretamente a atuação institucional aos ODS 13, 14, 15 e 17, além de promover dignidade e acesso a direitos, particularmente para mulheres líderes de cooperativas. Priscila anunciou que pretende encerrar a campanha com um esforço de comunicação que reposicione as catadoras não apenas como receptoras de resíduos, mas como educadoras ambientais. Na sequência, foi apresentada a proposta da Conferência Nacional dos ODS, descrita



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

como "Conferência das Conferências", em virtude da sua transversalidade com demais espaços deliberativos nacionais. Lavito conduziu a exposição inicial, agradecendo o empenho da equipe da Secretaria Executiva, responsável por desenvolver a proposta sem apoio técnico externo. Ressaltou que o projeto está em estágio de maturação, e que ainda necessita da pactuação com a Secretaria Nacional de Participação Social e da deliberação interna na Secretaria-Geral da Presidência da República. Patrícia Carvalho apresentou os detalhes da proposta de conferência, cuja temática central será "Agenda 2030 no Brasil: fortalecer a democracia pela justiça social e o desenvolvimento sustentável justo e inclusivo". Os objetivos incluem promover o debate público e garantir legitimidade e representatividade na implementação dos ODS. Seis eixos estruturantes foram definidos: (1) Colaboração multissetorial e financiamento; (2) Sustentabilidade ambiental; (3) Promoção da inclusão social; (4) Inovação tecnológica; (5) Governança participativa; (6) Democracia e instituições fortes. A metodologia prevê a realização de cinco etapas regionais com dois dias de atividades: seminário de abertura, rodas de diálogo e grupos de trabalho que consolidarão temas prioritários com base em contribuições recebidas via Plataforma Brasil Participativo. A etapa nacional, estimada para maio de 2026, terá três dias de duração. Os critérios de participação incluem distribuição proporcional por população, representatividade de governo e sociedade civil, diversidade de setores, paridade de gênero e inclusão de grupos étnicos e sociais diversos. A conferência terá como produtos estratégicos o planejamento da Agenda 2027–2030, relatório com metas de monitoramento e carta-compromisso com macroações, além da consolidação de boas práticas e territorialização da agenda. A comissão organizadora será composta pela CNODS e pela Secretaria Executiva, com previsão de estruturação posterior de comissões específicas. Durante os debates, foram levantadas diversas sugestões. Aldenora pediu maior atenção à representatividade institucional na comissão preparatória e recomendou diálogo com a Secretaria Executiva do CNAS para aproveitamento de experiências em organização de conferências. Miriam sugeriu que o evento esteja vinculado à iniciativa "Meu Município pelos ODS", integrando conselhos municipais na formulação da agenda. Pedro propôs que o tema central da conferência seja a criação do Sistema Nacional de ODS, com estrutura federativa e instâncias estaduais e municipais. Defendeu também conferências estaduais em vez de regionais, enfatizando o papel dos governos estaduais na articulação institucional. Andrea Matos pontuou que se for para produzir uma Conferência que ela traga materialidade à agenda 2030, além de dialogar com o Conselho da SRI e Ministério do Planejamento, dando concretude ao processo. Pedro Ivo destacou a importância de se ter clareza dos temas e do foco pela dificuldade de se consolidar todas as propostas recebidas, sugeriu que o tema da Conferência fosse a criação do Sistema Nacional dos ODS, pois a partir daí estabelece-se uma série de Comissões Municipais e Estaduais alinhadas aos governos dando peso político, sugeriu também que avaliassem a possibilidade de não realização de etapas estaduais, e questionou a coordenação da capilaridade dos ODS nos estados, tendo que haver uma ação conjunta entre governo e sociedade civil, uma vez que, a sociedade civil não é capaz de administrar sozinha e por fim ressaltou a importância de ter equipe suficiente para conduzir as etapas, além de capitanear recursos para a conclusão do processo. Cris destacou a necessidade de envolver o setor corporativo, ampliar as linhas de ação



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

279 e utilizar tecnologias digitais para ampliar a participação. Giba recomendou reunião
280 extraordinária exclusiva sobre a conferência alegando ser um assunto de mesa diretora e
281 reforçou que a Comissão deve se tornar um conselho formal, garantindo institucionalidade e
282 continuidade para além de 2030. Miriam destacou o tema a Conferência das Conferências como
283 uma pauta política e a importância de viabilizar recursos, sugeriu montar grupos específicos para
284 cada demanda como logística, programação e etc, para minimizar os custos da Conferência. José
285 de Arimatéia explanou sobre a experiência da Conferência de Segurança Alimentar, destacando
286 que foi utilizada as tecnologias disponíveis nos Municípios para viabilizar as etapas
287 Municipais/Estaduais e mitigar os custos, finalizou sugerindo a prorrogação do mandato da
288 Comissão por um período de um ano. Yara propôs a criação de um grupo de trabalho contínuo
289 e a realização de consulta popular prévia via Brasil Participativo. Sandra apresentou
290 encaminhamentos finais, incluindo: solicitação de listas de presença antigas para avaliar a
291 frequência dos integrantes da Comissão; carta ao ministro da Secretaria-Geral para prorrogar o
292 mandato da CNODS com justificativa bem embasada; pedido de inclusão de representantes da
293 Comissão no Grupo Técnico da COP30; Inserção dos ODS nas Conferências; definição de
294 estratégia de territorialização via Pacto Meu Município pelos ODS; Colocar as instituições da
295 CNODS no pacote de benefícios do Pacto Meu Município pelos ODS; sugestão de realização da
296 próxima reunião ordinária durante a pré-COP em Brasília; Reunião extraordinária em julho para
297 verificar as demandas da pré-COP; comissão territorial das Instituições da CNODS que atuam em
298 Belém para fazer incidência na pré-COP. Laudjane solicitou uma reunião da Comissão com a
299 sociedade civil para disponibilizar os documentos base, os guias, e dirimir as dúvidas existentes
300 sobre a Conferência das Mulheres que ocorrerá em outubro, solicitou também a articulação
301 através da Secretaria Executiva da CNODS com a Secretaria de Articulação Institucional para
302 integrar os ODS aos documentos e ações da Conferência para Mulheres. Lavito destacou a
303 necessidade de chamar uma agenda específica para tratar sobre o plano de desertificação. Por
304 fim, todas as propostas foram acolhidas. A reunião foi encerrada por Aldenora com uma
305 homenagem cultural em forma de canto tradicional, representando os povos originários da
306 Amazônia e reafirmando o compromisso coletivo da CNODS com a diversidade, a justiça social
307 e a participação democrática. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, no qual,
308 eu Mariana Vicência Fernandes de Siqueira, lavrei a presente ata em 26 de junho de
309 2025, que foi aprovada pelo pleno na 8ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional para
310 os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em 16/10/2025.